



## A POLÍTICA DE BÔNUS DE DESEMPENHO EDUCACIONAL NO ESTADO DO PERNAMBUCO

Viviane Maria da Silva Ferreira <sup>1</sup>  
Givanildo da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar a Política de Bônus de Desempenho Educacional do estado de Pernambuco, tendo como foco, as suas atribuições para os professores da rede pública estadual ensino. A metodologia do trabalho foi realizada por meio da abordagem qualitativa, tendo as pesquisas bibliográfica e documental como caminhos para as reflexões apresentadas. Os principais resultados apontaram que a Política de Bônus de Desempenho Educacional está inserida em uma concepção maior que é a educação como mercado, que nasceu com o objetivo de trazer os elementos da empresa/indústria para dentro da escola, desconsiderado a função de cada uma dessas esferas sociais.

**Palavras-chave:** Política Educacional, Bônus Educacional, Escolas Públicas Estaduais.

### INTRODUÇÃO

As políticas educacionais são resultados de tensões e embates de diferentes grupos e orientações ideológicas, as quais repercutem na concepção de sociedade, de educação e de cultura que se pretende executar (MARTINS, 1994). Assim, no âmbito das reformas educacionais, a década de 1990 é referência para a construção de políticas que têm um caráter gerencialista, resultado da concepção neoliberal.

A década de 1990 trouxe diferentes mudanças para a política educacional, repercutindo na cultura de organização das escolas, no currículo e na avaliação escolar, na formação dos professores, bem como implementou instrumentos para intensificar a responsabilização dos profissionais pelos resultados escolares. Além disso, políticas foram sendo criadas ao longo do tempo para cooptar os profissionais e incentivá-los a desenvolver os preceitos gerenciais e neoliberais no chão da escola.

No âmbito da avaliação escolar, os caminhos seguidos estiveram centrados em políticas que avaliam em larga escala, padronizando saberes e culturas, com a justificativa da busca pela qualidade educacional, sem considerar as realidades, as especificidades e as culturas que são criadas e estabelecidas em cada localidade. Além da busca pela qualidade, em uma perspectiva

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Contato: [viviferreira071@gmail.com](mailto:viviferreira071@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Contato: [givanildopedufal@gmail.com](mailto:givanildopedufal@gmail.com)

quantitativa, há políticas de responsabilização educacional, na qual professores são incentivados à competição para receber diferentes tipos de premiação, como resposta aos resultados positivos nas avaliações em larga escala.

A partir da lógica quantitativa e mercadológica posta como direcionamento educacional, as redes e sistemas de ensino começaram um processo de intensificação de orientações para consolidar os anseios neoliberais. Estados e municípios brasileiros adotaram a política de bonificação como caminho para alcançar resultados significativos na escala nacional. Em 2008 o estado de Pernambuco instituiu o Bônus de Desempenho Educacional, correspondente a uma premiação por resultados, por meio do Decreto nº 32.300, de 8 de setembro de 2008, destinados aos servidores lotados e em exercício nas Gerências Regionais de Educação e nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, em função do seu desempenho no processo educacional.

Diante dessa perspectiva, o objetivo da pesquisa foi apresentar a Política de Bônus de Desempenho Educacional do estado de Pernambuco, tendo, como ponto de partida, o conhecimento de que a organicidade da referida política foi construída em um conjunto de orientações para que a rede estadual responda positivamente aos apelos mercadológicos, por meio da concepção neoliberal.

As discussões apresentadas são resultado de um olhar crítico sobre a educação atual, a qual não contribui para a construção de uma educação democrática, criativa e inclusiva. O conjunto de teóricos que foram utilizados enquadra-se em uma concepção teórico-metodológica crítica das orientações políticas neoliberais.

## **METODOLOGIA**

Para a realização metodológica da pesquisa, foi adotada a abordagem qualitativa. Entendendo-a como um “processo que reflete uma espécie de diálogos entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dados estes não serem abordados de uma forma neutra” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

Utilizou-se as pesquisas bibliográfica e documental para alcançar os resultados propostos. Em relação à pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (1987) indicam a tipologia como aferição, seleção e registro de toda bibliografia publicada acerca de determinado assunto pesquisado, seja em livros, jornais, monografia, teses ou tantas outras fontes, mas sempre contando com o objetivo de inserir o pesquisador em um contato direto com todo o material disponível que verse sobre o assunto em questão.



O instrumento utilizado para obtenção dos dados dessa pesquisa foi a análise documental. Para Lakatos e Marconi (2003), na coleta documental, o objetivo principal se configura como a seleção dos referenciais pertinentes para o andamento da pesquisa, sejam documentos ou livros e outros referenciais de caráter bibliográfico. Como uma forma de refletir sobre a política de bonificação do Estado de Pernambuco, foi necessário fazer uma análise documental, a partir da Lei nº 13.486 de 1º de julho de 2008 e do Decreto nº 32.300 de 8 de setembro de 2008 que instituíram o Bônus de Desempenho Educacional.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

No Brasil as políticas que responsabilizam os profissionais da educação pelos resultados datam da década de 1990, situação que foi intensificada aos longos dos tempos, devido ao surgimento de novas políticas que tinham como preceito a busca pela quantificação das aprendizagens dos estudantes. Para Brooke (2008, p. 94) essa metodologia aplicada à educação consiste na “tentativa de melhorar os resultados das escolas mediante a criação de consequências para a escola ou para professores, sejam elas materiais ou simbólicas, de acordo com o desempenho dos alunos medido por procedimentos avaliativos estaduais ou municipais”.

Nesse sentido, a consequência simbólica está relacionada a publicação dos resultados e a forma como cada comunidade age diante deles. Já a consequência material, está voltada para as premiações e gratificações financeiras para as escolas e professores que conseguem atingir determinadas metas. A adoção de sistemas de avaliação de larga como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são fundamentais para implantação de políticas de bonificação.

Diante das políticas em destaque, constantemente professores são acumulados por suas atividades e pressionados a atingirem metas e obterem bons resultados, para que assim sejam bonificados. Apesar do envolvimento de toda comunidade escolar, são os professores que sofrem a maior parte das pressões.

As políticas de bonificação consistem em premiar os professores por cumprir uma determinada meta desejada. Eles recebem gratificações quando as escolas revelam evoluções em seus índices anualmente, como nas avaliações externas. Desse modo, se os professores preparam bem os alunos para essas provas, eles irão receber uma bonificação. Caso contrário, esse profissional será responsabilizado pelo mal desempenho de seus alunos. Cabe destacar que o preparar bem é seguir a cartilha de orientação neoliberal, cujo conteúdo prescritivo é a referência para o alcance dos bons resultados (CABRITO, 2009).



A aplicação dessa política não apenas responsabiliza professores no desempenho escolar de seus alunos, de forma a produzirem melhorias nas práticas de ensino, mas também os permitem encarar o estresse da concorrência entre escolas e colegas de profissão. Em relação à responsabilização do professor com a garantia da qualidade de ensino, Corvalán (2006, p.15) relata que a defesa dessa política aponta que “desde o momento em que a educação é um assunto de interesse e importância pública e dado que em grande parte é financiada com recursos públicos, as pessoas envolvidas devem prestar contas pelo seu desempenho”.

A defesa pelas políticas de bonificação são intensificadas pelos órgãos governamentais que sinalizam a importância de se ter bons resultados, na perspectiva de que os estados e municípios sejam vistos nacionalmente como referência na qualidade educacional, entendida como resultados exclusivamente quantitativo. A responsabilização e as cobranças surgem como ação cotidiana aos profissionais da educação na oferta de uma educação pública que aponte resultados.

A reflexão que é feita a partir dessas considerações é a de que a bonificação salarial não é um instrumento que pode assegurar um trabalho docente significativo, resultando em boa aprendizagem para os estudantes. O que assegura bons resultados são políticas educacionais que contribuam para a valorização dos profissionais e da escola pública; formação que assegure as dimensões reflexivas, por meio da perspectiva teórico-prática; políticas de incentivo à formação continuada *latus e stricto sensu*; estruturas escolares e condições de trabalho; enfim, são investimentos para qualificar a atuação dos profissionais da educação (CABRITO, 2009). Na visão de Morduchowicz (2003, p. 23):

Um dos obstáculos mais importantes a ser superado por esse tipo de remuneração é o da avaliação. Esta dificuldade, por sua vez, se origina no fato de que o trabalho realizado pelos docentes, além de ter múltiplos objetivos, é um serviço cujos resultados são intangíveis, difíceis de quantificar e medir.

Com base nessa reflexão, percebe-se que o trabalho do professor precisa atingir muitas metas, para que assim, possa ser reconhecido e valorizado pelo seu mérito. Desse modo, fica evidente que o trabalho do professor, nessa concepção, está ligado a uma doutrina meritocrática, resultado das orientações neoliberais. Quando relaciona-se o sentido dessa palavra ao trabalho do professor, entende-se que quanto mais esse profissional se esforçar para ter um bom desempenho no trabalho, mais ele vai ser valorizado e ter reconhecimento por isso, por meio da bonificação.

Embora seja praticamente consensual sobre a importância da qualidade do trabalho do professor para o aprendizado de seus alunos, ainda existe muitos debates sobre como medir essa qualidade, bem como mecanismos para desenvolver essa qualidade como forma de melhorar a

educação dos países. Hanushek et al (1999) e Lazear (2001) apoiam o fato de que medir a qualidade de um professor é difícil e que a melhora dos incentivos atrai professores mais bem qualificados e com maior disposição para ensinar. Lazear (2001) ainda afirma que apenas aumentar o salário não é uma solução, sendo que aspectos como localidade da escola, quantidade de alunos provindos de famílias de baixa renda, entre outros, são relevantes no trabalho dos professores.

Diante desses apontamentos, para se obter uma eficácia escolar que se refere à “capacidade das escolas produzirem efetivamente os resultados que a sociedade espera delas” (BROOKE; SOARES, 2008, p. 20), é necessário que o Estado invista mais nos processos da educação do que um bônus para estimular professores. Por esse motivo, é necessário pensar em meios, além de bonificações, que facilitem e estimulem o desempenho desse profissional como algo que repare o ensino no país, visto que um professor feliz e satisfeito com sua profissão e ambiente de trabalho, será mais criativo, produtivo e proporcionará um bom desempenho no processo de ensino e aprendizado de seus alunos, que por sua vez, refletirão a imagem de seu professor.

Mortimore et al. (2008) ainda alerta que é fundamental utilizar mais de uma medida para determinar a eficácia escolar. Elementos como autoestima do aluno e a disciplina na sala de aula são variáveis que precisam e devem ser igualmente avaliados, ou seja, a eficácia desse ambiente, não deve ser mensurada apenas no que a escola e professores agregaram de conhecimentos aos seus alunos, mas também em variáveis que não são consideradas cognitivas, como o bem-estar de seus alunos.

Dessa forma, independente da abordagem, podemos deduzir que a eficácia de uma escola em promover o desenvolvimento de seus alunos, depende de diversos fatores. Sendo assim, o aluno se torna menor unidade de análise dos estudos das avaliações externas e de eficácia escolar, pois está cercado de relações sociais e institucionais. Nesse sentido, Sammons (2008) aborda que fatores como gestão e ambiente escolar, didática, disciplina, avaliação, autoestima, responsabilidade e a “parceria casa-escola” dariam conta de explicar uma boa parte do desempenho dos alunos.

Sabendo que a realidade brasileira é marcada pela desigualdade social, repara-se que existe uma diversidade entre as escolas, principalmente em relação aos alunos do que propriamente as instituições. Nesse sentido, é interessante buscar além da qualidade, uma equidade entre alunos e escolas. Segundo Freitas (2007, p. 971), compreender os efeitos da desigualdade social na educação é fundamental, pois



Embora o nível socioeconômico seja um nome elegante e dissimulador das situações de desigualdade social, ele é fundamental para entender o impacto dessa desigualdade social na educação. Nem todas as camadas sociais sofrem da mesma forma com as agruras da realidade escolar no país – as camadas populares sofrem mais.

Diante desses aspectos, percebe-se a importância da categoria de recursos escolares e na formação e salários dos educadores. Então, partindo do pressuposto que há uma relação entre a expectativa dos professores e o desempenho dos alunos, Soares (2008, p. 170) acrescenta a importância do professor em conhecer a dificuldades e necessidades de seus alunos

Se o professor apresenta uma boa expectativa do desempenho dos seus alunos, maiores proficiências são observadas para todos os alunos, na Bonificação Educacional em Pernambuco independentemente das características socioeconômicas. Por outro lado, o conhecimento da capacidade cognitiva dos alunos também está associado a maiores proficiências. Isso sugere ser importante que o professor crie estratégias para buscar conhecer sua turma como meio de produzir uma ação mais efetiva frente às necessidades de seus alunos.

Com isso posto, ainda é válido compreender que em certos casos, a responsabilização atribuída as escolas, pode gerar efeitos colaterais, como deficiências de cooperação, problemas com autoestima e falta de motivação de gestores, alunos e professores. Isso porque, além da pressão sentida para alcançar as metas estabelecidas, nenhum dos membros das escolas sentem orgulho de estar em uma escola considerada mais fracas em termos de ensino e aprendizado do estado ou do município. Quando há uma mobilização para reverter o quadro de notas, pode gerar um efeito positivo. Entretanto, se não acontecer de melhorar os resultados, pode levar a uma desmotivação de todos os membros da comunidade escolar.

Desse modo, a crítica que reivindica que a responsabilização não deve atingir os professores, mas ao Estado, que por sua vez, deve garantir melhores condições na infraestrutura das escolas e garantia de melhores salários e planos de carreira aos professores.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Bônus de Desempenho Educacional do estado de Pernambuco, está articulado ao Programa de Modernização da Gestão Pública que é um projeto focado na melhoria nos indicadores educacionais do Estado, trabalhando a gestão por resultados, como preza a gestão gerencial. O Bônus foi instituído pela Lei nº 13.486, de 1 de julho de 2008. Em seu artigo 1º já é ressaltado a vinculação entre a bonificação e o desempenho

[...] o Bônus de Desempenho Educacional – BDE, correspondente a uma premiação por resultados, destinado aos servidores lotados e em exercício nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino (PERNAMBUCO, 2008a, p. 1).



Os resultados os quais se refere o Bônus de Desemepenho Educacional, estão relacionados a fatores como nível de proficiência que são observadas por todos os alunos independentes das características socioeconômicas, desse modo, se faz necessário que professores crie estratégias para conhecer a sua turma e assim produza meios mais eficazes frente às necessidades de seus alunos (SOARES, 2010).

De acordo com o documento, o pagamento será concedido em função do cumprimento da meta estabelecida para a respectiva unidade escolar, constante em Termo de Compromisso de Gestão Escolar, além disso será devido a partir da realização de 50% das metas estabelecidas, com valor proporcional ao percentual realizado da meta, até atingir o valor máximo de 100%, ou seja, o valor pago da bonificação é semelhante ao percentual de cumprimento das metas. Além disso, os servidores que possuir mais de um vínculo na rede estadual de ensino, o Bônus de Desemepenho Educacional será concedido para cada um deles, entretanto é necessário que este profissional esteja em efetivo exercício no mínimo de 6 meses do ano letivo.

Embora existam diversidades em relação ao valor e metas para cada unidade escolar, existe elementos comuns, como aponta Brooke (2013, p. 37):

[...] existe uma relação entre desempenho dos profissionais da educação (principalmente os professores) e a aprendizagem dos alunos; uma forma de aumentar o desempenho desses profissionais é oferecer um bônus ou prêmio relacionado ao nível de aprendizagem dos alunos, funcionando como um incentivo ou como reconhecimento pelos bons resultados do exercício da docência.

Além do desempenho dos alunos nas avaliações, fatores como fluxo escolar e participação dos estudantes, também são indicados nas metas para serem atingidos pelas escolas. Com isso, percebe-se que atingir os resultados, não cabem apenas aos professores serem responsabilizados, visto que o fluxo escolar dos alunos, por exemplo é um fator que precisa considerar aspectos externos aos muros da escola.

No ano passado, o valor do Bônus de Desemepenho Educacional foi superior a R\$71,5 milhões, contemplando 876 escolas da rede estadual e premiando mais de 32 mil servidores. Segundo os dados, a distribuição acarretou uma média de R\$2214,64 por profissional. Esse valor pode ser considerado expressivo se for levado em conta o atual piso salarial do magistério de R\$3845,63. Nesse sentido, a política de bonificação, pode ser confundida com uma melhoria salarial, como bem aponta o programa em relação ao pagamento do Bônus de Desemepenho Educacional ser “[...] um incentivo financeiro para os profissionais de todas as escolas que atingirem as metas propostas (PERNAMBUCO, 2008).

Contudo, se a pressão sobre as escolas e professores não surtirem os efeitos esperados, a política vai se constituir em um “desgaste” desnecessário. É nesse sentido que a política de



bonificação vai ser pautada por uma estratégia de recompensas ou sanções. No caso do Governo do Estado de Pernambuco, as sanções são devidas à exposição pública dos resultados das escolas e as recompensas são creditadas ao recebimento do bônus para as escolas que conseguirem atingir as metas determinadas.

De acordo com a Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008, os objetivos do Bônus de Desempenho Educacional são:

- I - Promover a melhoria no processo de ensino e aprendizagem;
- II - Subsidiar as decisões sobre implementação de políticas educacionais voltadas para elevação da qualidade, equidade e eficiência do ensino e da aprendizagem;
- III - Fortalecer a política de valorização e remuneração dos profissionais da educação, visando, primordialmente, à melhoria da qualidade do ensino prestado nas Unidades Escolares da Rede Estadual.

Com base nesses objetivos, é válido salientar que os resultados dessas políticas podem gerar diversos efeitos onde são aplicadas, entre eles um desgaste dos profissionais da educação, devida a pressão para que consiga atingir as metas, que é uma forma de *accountability*, que pode se originar no governo federal, estados e municípios, como salienta Brooke (2013, p. 140) “trata-se, evidentemente, de um ambiente “saturado” de responsabilização. O acréscimo de mais uma política de responsabilização, como no caso da bonificação, não teria o mesmo efeito que a sua introdução em ambiente ainda sem políticas dessa natureza, como o Brasil”.

Outro elemento apontado no documento é que é utilizado um sistema de avaliação em larga escala, chamado Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) para aferir as competências e habilidades dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática. O objetivo desse tipo de avaliação pode ser interpretado de formas distintas. Percebe-se que esse tipo de avaliação é proveniente do modelo neoliberal em que “responsabilização, meritocracia e privatização são as categorias articuladoras da prática desse novo tecnicismo, um neotecnismo que inclui também a desprofissionalização do exercício da educação” (FREITAS, 2011, p. 87).

Esse tipo de avaliação se apropria da responsabilização dos profissionais da para premiar ou punir os professores, de acordo com os resultados apresentados nas avaliações. Nesse sentido, nota-se que é uma política que está posta nos princípios da educação gerencial por meio de questões como competitividade, meritocracia, eficiência e eficácia. O Bônus de Desempenho Educacional dialoga com essas dimensões e nasceu para responder positivamente ao modelo de educação proposto pelas correntes neoliberais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS





A discussão sobre a política de Bônus de Desempenho Educacional é uma área que está atrelado aos instrumentos concretizados para caracterizar a qualidade da educação pública brasileira. Dialoga-se, nesse sentido, que a qualidade da educação perpassa por diferentes dimensões que são de responsabilidade do Estado e não de questões que estão sob o trabalho do professor. As evidências postas na política de Bônus de Desempenho Educacional responsabilizam a comunidade escolar pelos seus resultados, sendo ao final punida ou premiada, sem levar em consideração as diferentes complexidades presentes na realidade.

As escolas públicas vivenciam um contexto de desigualdade, algumas instituições não conseguem atingir as metas preestabelecidas e, conseqüentemente, os professores não são premiados. Desse modo, é possível que os profissionais sintam-se desestimulados, ao mesmo tempo que não recebe as condições necessárias para que melhore os resultados de seus alunos. Com isso, percebemos que a meritocracia, mesmo que de forma indireta, permeia o contexto educacional, pois atualmente ainda se supõe que um dos fatores que determina o sucesso escolar são aptidões, personalidade e principalmente o esforço dos sujeitos, sem levar em conta fatores como contexto familiar, dificuldades e interferências que estes possuem em suas vidas fora dos muros da escola. Estes por sua vez, influenciam em seus interesses e desempenhos no contexto educacional.

Outra dimensão que pode-se afirmar é que a Política de Bônus de Desempenho Educacional está inserida em uma concepção maior que é a educação como mercado, que nasceu com o objetivo de trazer os elementos da empresa/indústria para dentro da escola, desconsiderado a função de cada uma dessas esferas sociais. Por fim, defende-se que a escola pública é o espaço para a transformação de vidas e de aprendizagens coletivas, no entanto, as orientações atuais, advindas do modelo neoliberal de educação, não contribuem para que isto aconteça.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto Editora, LDA. 1994.

BROOKE, Nigel. Responsabilização Educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**. v.1 , n.1, p. 93-109. 2008.

BROOKE, Nigel. As novas políticas de incentivo salarial para professores: Uma avaliação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, X, 2011, Rio de Janeiro. **Políticas Públicas, Movimentos Sociais: Desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões**. Disponível em: . Acesso em: 30 de maio de 2022.



CABRITO, Belmiro Gil. Avaliar a qualidade da educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar pra quê? **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009.

CORVALÁN, J. Accountability educacional: Rendición de cuentas más responsabilización por los procesos y resultados de la educación. In :CORVALÁN, J.;MCMEEKIN, R.W (Ed.) **Accountability educacional: posibilidades y desafíos para América Latina a partir de la experiencia internacional**. Santiago: PREAL/CIDE, 2006.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: O acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, Especial - Out. 2007.

HANUSHEK, Eric A., KAIN, John F., RIVIKIN, Steven G.. **Teachers, schools and academic achievement**. *Econometrica*, v.73, n.2, p. 417-458, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZEAR, Edward P. **Paying teachers for performance: Incentives and Selection**. Stanford University, ago, 2001.

MARTINS, Clélia. **O que é Política Educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORDUCHOWICZ, A. **Carreira, Incentivos e Estruturas Salariais Docentes**. PREAL - Programa da Reforma Educativa na América Latina e Caribe. 2003.

MORTIMORE, Peter, et al. A importância da escola: A necessidade de considerar as características do alunado. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José F. **Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PERNAMBUCO. Decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008. Regulamenta a Lei nº 13.486/2008, que institui o Bônus de Desempenho Educacional do Estado de (BDE) e dá outras providências. Recife, 2008c. Disponível em: Acesso em: Alepe Legis - Portal da Legislação Estadual de Pernambuco. 30/05. 2022.

PERNAMBUCO. Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008. Institui o Bônus de Desempenho da Educação – BDE. Recife, 2008d. Disponível em: Alepe Legis - Portal da Legislação Estadual de Pernambuco. Acesso em: 1 jul. 2013.

SAMMONS, Pam. As características-chave das escolas eficazes. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José F. **Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOARES, José F. **Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOARES, Tufi M. Utilização da teoria da resposta ao item na produção de indicadores socioeconômicos. *Pesquisa Operacional*, v.25, n.1, p.83-112, Janeiro a Abril de 2005. \_\_\_\_\_. **A expectativa do professor e o desempenho dos alunos**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26 n. 1, pp. 157-170, Jan-Mar 2010.